



**CONSELHO
FISCAL**

conselhofiscalalegreteprev@gmail.com



ALEGRETE, 04 DE ABRIL DE 2025.

CONSELHO FISCAL RPPS.

ATA 233/2025. Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do ALEGRETE PREV, na Sede do RPPS, participando os seguintes conselheiros: José Márcio Mombach Ramos - Gleidson Amaro Pereira Corrêa - Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte - Ivan dos Santos Leal - Marco Antônio Soares Paredes - Kátia de Vargas Monteiro e Angelo Tertuliano . Foi aberta a reunião.

PAUTA DO DIA:

**OS RELATÓRIOS E DOCUMENTO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO
ALEGRETE PREV – CONJUNTURA ECONÔMICA 01 e 02 /2025;**

**Os relatórios estão instruídos com o documento fundo de aposentadoria e
pensão ALEGRETE PREV – conjuntura econômica 01 e 02/2025.**

1. Apresentação da Conjuntura Econômico-Financeira:

Foi apresentando o relatório de conjuntura econômico-financeira referente ao mês de janeiro e fevereiro de 2025, com dados relevantes para a gestão financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O relatório abordou os seguintes pontos:

Discussão e Deliberações:

Análise do Relatório de Conjuntura Econômica e Financeira (Fevereiro/2025) para ALEGRETEPREV

Resumo:

Este relatório de conjuntura econômica e financeira, elaborado para o fundo de aposentadoria e pensão ALEGRETE PREV em fevereiro de 2025, apresenta uma análise do cenário macroeconômico global e brasileiro, o desempenho da carteira de investimentos do fundo, sua composição, risco, e conformidade com a política de investimentos (Resolução 4.963/2021).





CONSELHO FISCAL



O relatório detalha a rentabilidade dos fundos de investimento em fevereiro, nos últimos seis meses e no ano, tanto em percentual quanto em valores monetários. A composição da carteira é apresentada por fundo e por benchmark, evidenciando uma forte concentração em ativos referenciados ao CDI (80,56%). A análise de risco aponta que a maior parte da carteira (87,2%) está alocada em investimentos de baixo risco.

O documento também avalia a conformidade da carteira com os limites estabelecidos na política de investimentos, identificando uma pequena parcela de ativos (0,62%) como "desenquadrada".

O cenário macroeconômico de fevereiro de 2025 é caracterizado por incertezas nos EUA (políticas tarifárias, postura do Fed), performance negativa das bolsas globais, queda de juros e desvalorização do dólar. No Brasil, após um início de ano positivo, houve uma reversão influenciada pelo cenário externo e incertezas fiscais internas.

O relatório inclui um comentário do economista, que observa sinais de desaceleração econômica no Brasil e recomenda uma postura mais conservadora na alocação de ativos, com preferência por ativos de menor volatilidade na renda fixa e seleção criteriosa na renda variável.

Por fim, o relatório compara a rentabilidade acumulada do RPPS com benchmarks selecionados, mostrando que em fevereiro de 2025 a rentabilidade (0,78%) ficou abaixo da meta estabelecida ($\text{INPC} + 5,14\% = 1,90\%$). São apresentados gráficos da evolução patrimonial, alocação por instituição financeira e alocação entre renda fixa e variável.

JANEIRO 2025

Este relatório de conjuntura econômica e financeira, referente a janeiro de 2025 para o fundo de aposentadoria e pensão ALEGRETEPREV, apresenta dados relevantes para a gestão financeira do RPPS no mês. Similar ao relatório de fevereiro, ele enfatiza o compromisso da empresa com ética, profissionalismo e transparência, focando na análise de produtos de investimento alinhados aos objetivos do investidor, sem realizar indicações de instituições financeiras.

O relatório detalha a composição da carteira de investimentos por benchmark em janeiro de 2025. A maior parte dos recursos estava alocada em CDI (79,56%), seguido por IDKA 2 (4,87%), IMA-B (3,11%) e IRF-M 1 (4,44%). A exposição à renda variável, incluindo Ações (1,16%), S&P 500 (1,10%) e Exterior (1,42%), era relativamente pequena.

O relatório também menciona recomendações para a carteira de investimentos, sugerindo uma exposição entre 5% e 15% a ativos de proteção e, para aqueles com



CONSELHO FISCAL



fluxo de caixa adequado, o Tesouro Direto, com taxas superiores à meta da política de investimentos. Na renda variável, a recomendação era de seleção criteriosa, priorizando estratégias passivas e entrada gradual, dada a incerteza do cenário.

Análise como Economista Financeiro:

Analisando o relatório de janeiro de 2025 como um economista financeiro, algumas observações são pertinentes, especialmente quando comparadas com o relatório de fevereiro de 2025 previamente analisado:

1. **Alocação de Ativos Similar, com Pequenas Variações:** A composição da carteira por benchmark em janeiro é muito semelhante à de fevereiro. A principal diferença reside em uma ligeira menor alocação ao CDI (79,56% em janeiro vs. 80,56% em fevereiro) e uma maior alocação ao IRF-M 1 (4,44% em janeiro vs. 3,58% em fevereiro). Essas pequenas variações podem refletir ajustes táticos na gestão da carteira em resposta às condições de mercado.
2. **Ênfase em Ativos de Proteção:** A recomendação de alocar entre 5% e 15% em ativos de proteção, mesmo para investidores com perfil mais agressivo, demonstra uma preocupação com a preservação do capital em um cenário de incertezas. A sugestão de Tesouro Direto com taxas atrativas também é uma estratégia conservadora e segura, especialmente para um fundo de pensão.
3. **Cautela na Renda Variável:** A recomendação de seleção criteriosa e entrada gradual na renda variável, priorizando estratégias passivas, reflete a cautela do gestor diante das incertezas do mercado. A preferência por gestão ativa em ativos domésticos sugere uma busca por oportunidades específicas, dada a complexidade do cenário local.
4. **Comparação com Fevereiro:** Ao comparar a alocação de janeiro com a de fevereiro, percebe-se uma pequena movimentação de recursos do CDI para o IRF-M 1. Isso pode indicar uma tentativa de buscar um pouco mais de retorno dentro da renda fixa, aproveitando oportunidades pontuais no mercado de títulos públicos. A exposição à renda variável permanece relativamente estável entre os dois meses.
5. **Rentabilidade em Janeiro:** ao analisar o relatório de fevereiro, observamos que a rentabilidade acumulada no ano até fevereiro era menor do que a rentabilidade apenas de fevereiro, o que sugere uma rentabilidade negativa em janeiro.
6. **Recomendações Adicionais (Semelhante ao Relatório de Fevereiro):**
 - **Análise Detalhada da Rentabilidade de Janeiro:** Obter e analisar os dados de rentabilidade de janeiro para entender o desempenho do fundo no início do ano



**CONSELHO
FISCAL**



e identificar os fatores que contribuíram para o resultado (possivelmente negativo).

- Monitoramento Contínuo da Alocação: Acompanhar de perto as pequenas variações na alocação de ativos entre os meses para entender a estratégia tática do gestor e avaliar se ela está alinhada com os objetivos de longo prazo.
- Avaliação da Exposição à Renda Variável: Considerando o horizonte de longo prazo de um fundo de pensão, avaliar se a exposição relativamente baixa à renda variável é a mais adequada para buscar retornos superiores no longo prazo, sempre considerando o perfil de risco do fundo.
- Acompanhamento do Cenário Macroeconômico: Manter um acompanhamento rigoroso do cenário macroeconômico global e local para antecipar possíveis impactos na carteira de investimentos e ajustar a estratégia conforme necessário.

Em resumo, o relatório de janeiro de 2025 para o ALEGRETEPREV demonstra uma estratégia de investimento conservadora, com foco na renda fixa e cautela na renda variável, similar à abordagem observada em fevereiro. O monitoramento contínuo da alocação e do cenário macroeconômico é fundamental para garantir a sustentabilidade do fundo a longo prazo.

FEVEREIRO 2025

O relatório oferece um panorama detalhado da situação dos investimentos do ALEGRETEPREV em fevereiro de 2025. Algumas observações e análises se destacam:

1. Rentabilidade Abaixo da Meta: A rentabilidade de 0,78% em fevereiro, ficando abaixo da meta de 1,90%, é um ponto de atenção. É crucial analisar os fatores que contribuíram para essa performance inferior, como a alocação específica dos ativos e o impacto do cenário macroeconômico desfavorável para alguns segmentos. A análise da rentabilidade individual dos fundos (Tabela da página 3) do relatório pode fornecer insights sobre os principais responsáveis por essa diferença.
2. Alocação Conservadora: A predominância de ativos indexados ao CDI na carteira (80,56%) reflete uma estratégia defensiva, o que é comum em fundos de pensão visando a preservação do capital e o pagamento de benefícios futuros. No entanto, em um cenário de juros potencialmente decrescentes no futuro, essa alta concentração pode limitar o potencial de ganhos mais expressivos. É importante avaliar se a estratégia de alocação está alinhada com o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do fundo.





CONSELHO FISCAL



3. Não Conformidade Regulatória: A identificação de 0,62% dos ativos como "desenquadrados" em relação à Resolução 4.963/2021 é uma questão que exige atenção imediata. É fundamental entender a natureza desses ativos e as razões para o desenquadramento, bem como as medidas que serão tomadas para regularizar a situação e evitar futuras não conformidades. Isso pode gerar riscos legais e de imagem para o fundo.
4. Sensibilidade ao Cenário Macroeconômico: O relatório demonstra a sensibilidade da carteira ao cenário macroeconômico, com a reversão da tendência positiva do início do ano refletindo as incertezas globais e domésticas. Isso reforça a importância de um acompanhamento constante das condições econômicas e financeiras para ajustar a estratégia de alocação de ativos de forma proativa.
5. Recomendações: As recomendações focadas em uma postura conservadora e na seletividade dos ativos, parecem adequadas diante do cenário de incertezas apresentado. A sugestão de privilegiar ativos de menor volatilidade na renda fixa e uma entrada gradual na renda variável são medidas prudentes para mitigar riscos.
6. Baixa Exposição à Renda Variável: A baixa exposição à renda variável (aproximadamente 4,54% considerando ações, S&P 500, exterior, Ibovespa e BDR) pode limitar o potencial de retorno de longo prazo do fundo. Embora a cautela seja justificável no cenário atual, é importante avaliar se essa alocação está otimizada para alcançar as metas de rentabilidade de longo prazo, considerando o horizonte de investimento de um fundo de pensão.
7. Análise de Risco: A análise de risco apresentada, com a maior parte da carteira classificada como de baixo risco, é consistente com a estratégia conservadora observada na alocação. No entanto, é importante monitorar continuamente o perfil de risco dos ativos individuais e da carteira como um todo, especialmente em um ambiente de mercado dinâmico.

Recomendações Adicionais:

- Análise Detalhada da Underperformance: Realizar uma análise mais aprofundada dos motivos que levaram à rentabilidade abaixo da meta em fevereiro, identificando os fundos com pior desempenho e os fatores que os afetaram.
- Plano de Regularização dos Ativos Desenquadrados: Elaborar e implementar um plano para regularizar a situação dos ativos não conformes com a Resolução 4.963/2021 o mais breve possível.



CONSELHO FISCAL



- **Revisão Estratégica da Alocação:** Avaliar se a atual alocação de ativos, com forte concentração em CDI e baixa exposição à renda variável, está otimizada para o perfil de risco e os objetivos de longo prazo do fundo. Considerar cenários futuros e potenciais ajustes na alocação.
- **Monitoramento Contínuo:** Manter um monitoramento constante do cenário macroeconômico e do desempenho da carteira, realizando ajustes estratégicos quando necessário.
- **Avaliação dos Custos:** Analisar os custos de gestão dos diferentes fundos de investimento para garantir que a rentabilidade líquida seja maximizada.

Em suma, o relatório de fevereiro de 2025 para o ALEGRETEPREV apresenta uma situação financeira relativamente estável, com uma estratégia de investimento conservadora. No entanto, a rentabilidade abaixo da meta e a não conformidade regulatória são pontos que merecem atenção e ações corretivas para garantir a sustentabilidade e o cumprimento dos objetivos do fundo a longo prazo.

Ata nº 12/2025 da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Alegrete-Prev (25 de março de 2025)

Resumo da Ata:

A Ata nº 12/2025 registra a reunião extraordinária do Conselho de Administração do Alegrete-Prev, realizada em 25 de março de 2025, com o objetivo principal de discutir o andamento do projeto de Reforma da Previdência para os servidores municipais de Alegrete.

O presidente do Alegrete-Prev, Giovanni Vaucher de Abreu, contextualizou a importância da reforma, mencionando a tramitação da PEC 66 na Câmara Federal (nota do especialista: aparentemente uma referência à necessidade de reforma diante do cenário previdenciário nacional, embora não haja uma PEC 66 específica comumente referenciada).

A conselheira Karla apresentou a parte técnica da reforma, detalhando dois cenários distintos:

Cenário 1 (IV):

1. **Aumento da alíquota de contribuição dos servidores ativos:** de 11% para 14%.
2. **Aumento da alíquota de contribuição patronal:** de 13,74% para 18,5%.





CONSELHO FISCAL



3. **Aumento da idade mínima para aposentadoria:** seguindo a regra do art. 40, § 1º, Inc. I, alínea a da CF (EC nº 41/2003), sendo 57 anos para mulheres e 62 anos para homens.
4. **Adoção das mesmas regras de pensão por morte:** previstas no art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019.
5. **Tributação dos inativos e pensionistas:** quando o valor dos benefícios exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
6. **Tributação do Ente:** apenas sobre os ativos.

Cenário 2 (XIII): (Detalhes não totalmente explícitos no trecho fornecido, mas a discussão posterior indica que se trata de um cenário alternativo com diferentes parâmetros)

Após a apresentação e análise, houve consenso sobre a importância de dar andamento à Reforma da Previdência do Alegrete-Prev. O Vice-Prefeito, Luciano Belmonte, solicitou ao Conselho Administrativo que indicasse o melhor cenário dentre os dois apresentados para que o projeto de lei e demais alterações sejam encaminhados.

Análise:

Analisando emergem alguns pontos cruciais:

1. **Urgência da Reforma:** A menção à PEC 66 (mesmo que a referência exata seja imprecisa, ela claramente sinaliza a preocupação com o cenário previdenciário nacional e a necessidade de adequação dos regimes próprios) e o consenso sobre a importância da reforma indicam um reconhecimento da situação financeira do Alegrete-Prev e a necessidade de medidas para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Reformas previdenciárias em RPPS são frequentemente motivadas pela necessidade de equilibrar as contas e evitar déficits futuros.
2. **Cenário 1: Medidas Clássicas de Reforma:** O Cenário 1 apresenta medidas típicas de reformas previdenciárias:

Aumento de Alíquotas: O aumento nas alíquotas de contribuição tanto dos servidores quanto do ente patronal é uma medida direta para aumentar a receita do sistema. A magnitude dos aumentos (de 11% para 14% (já adotada) para servidores e de 13,74% para 18,5% para o patronal) sugere uma necessidade significativa de reforço financeiro.



CONSELHO FISCAL



Aumento da Idade Mínima: A adoção das idades mínimas de 57 e 62 anos para mulheres e homens, respectivamente, já estabelecidas pela EC 41/2003, é uma medida comum para conter o crescimento das despesas com aposentadorias, alinhando o regime próprio com regras mais restritivas.

Adoção das Regras da EC 103/2019 para Pensão: A equiparação das regras de pensão por morte com as da reforma federal (EC 103/2019) é uma prática recomendada para uniformizar os sistemas e, em geral, tende a reduzir os benefícios pagos a dependentes.

Tributação de Inativos e Pensionistas: A tributação dos benefícios que excedem o teto do RGPS é uma medida que visa aumentar a arrecadação e tornar o sistema mais equitativo, seguindo a lógica da reforma federal.

Tributação do Ente sobre Ativos: A tributação do ente apenas sobre os ativos simplifica a sistemática de contribuição e pode ter implicações no planejamento orçamentário do município.

3. **Necessidade de Detalhamento do Cenário 2:** A falta de detalhes específicos sobre o Cenário 2 impede uma análise comparativa completa. É crucial entender quais são as alternativas propostas nesse cenário para avaliar qual deles é o mais adequado para a realidade financeira e atuarial do Alegrete-Prev, considerando os impactos para servidores e para o município.
4. **Importância da Análise Atuarial:** A escolha do "melhor cenário" deve ser fortemente embasada em um estudo atuarial detalhado. Esse estudo deve projetar os impactos financeiros de cada cenário a longo prazo, considerando fatores como a expectativa de vida dos servidores, a massa salarial, a taxa de rotatividade e a taxa de retorno dos investimentos. Sem essa análise, a decisão pode ser tomada com base em critérios insuficientes.
5. **Impacto nos Servidores:** As medidas propostas no Cenário 1 (aumento de alíquotas e idade mínima) terão um impacto direto nos servidores ativos, que terão que contribuir mais e trabalhar por mais tempo para se aposentar. É fundamental que a comunicação sobre a reforma seja clara e transparente, explicando os motivos e os impactos das mudanças.
6. **Sustentabilidade a Longo Prazo:** O objetivo principal da reforma deve ser garantir a sustentabilidade financeira do Alegrete-Prev a longo prazo, assegurando o pagamento dos benefícios futuros sem comprometer as finanças do município. A escolha do cenário deve levar em consideração esse objetivo primordial.



**CONSELHO
FISCAL**



Assinado por 7 pessoas: KÁTIA DE VARGAS MONTEIRO, GLEIDSON AMARO PEREIRA CORRÊA, JOSE MARCIO MOMBACH RAMOS, PATRICIA LUCIENE DE A BRAGAMONTE, ANGELO TERTULIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA, MARCO ANTÔNIO SOARES PAREDE e IVAN DOS SANTOS LEAL
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://alegreteis.1doc.com.br/verificacao/A286-FA93-818C-2246> e informe o código A286-FA93-818C-2246

